



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 2.098/18

Folha.....

.....

- EDITAL -

**TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**  
**PROCESSO INTERNO Nº 2.098/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**REGÊNCIA:** Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 em sua redação atual; Lei Orgânica do município de Tremembé; Lei Complementar n.º 123/06, com suas alterações e demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, os Princípios Gerais do Direito.

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.**

**CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO GLOBAL.**

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Indireta – Empreitada por Preço unitário.

**REPARTIÇÃO INTERESSADA:** Secretaria de Administração.

**REPARTIÇÃO FISCALIZADORA:** Secretaria de Administração.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 09.06.04.122.0059.2.269.339039.01.110000.001 - RECURSO PRÓPRIO.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 74.933,33

**PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 06 (Seis) meses.

**ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E ABERTURA DE ENVELOPES**

**LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES:** Diretoria de Licitações e Contratos – Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro.

**LOCAL DA ABERTURA DOS ENVELOPES:** Diretoria de Licitações e Contratos.

**ENDEREÇO:** Rua 7 de Setembro, 701, Centro

**CEP:** 12120-000.

**CIDADE:** Tremembé

**ESTADO:** São Paulo.

**FONE:** (12) 3607-1000 ramal 1003.

(12) 3674-2112.

**DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:** 21/05/2018

**HORÁRIO:** 08h15min.

**DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES:** 21/05/2018

**HORÁRIO:** 08h30min.

**1. DO FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES**

**1.1.** Informações a respeito do presente processo licitatório serão fornecidas pela Comissão Permanente de Licitações (COPEL), desde que solicitadas por escrito, no Setor de Protocolo, nos dias úteis, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data da abertura, no endereço descrito no preâmbulo, das 8:00 as 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**1.2.** Em caso de não solicitação, pelos proponentes, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

**1.3.** O edital completo da presente licitação poderá ser obtido gratuitamente através de "download" junto a "home page" desta prefeitura na Internet, no endereço de acesso: [www.tremembe.sp.gov.br](http://www.tremembe.sp.gov.br) – Link: licitações - Tomada de Preços - em andamento, ou ainda consultado na Diretoria de Licitações desta Prefeitura, localizada no piso superior do Paço Municipal, na Rua Sete de Setembro nº 701, centro.

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital;

**2.1.1.** Não serão considerados quaisquer documentos e propostas entregues em local, horário e formas diferentes, bem como encaminhados por Fax ou Internet;

**2.1.2.** Para a participação os interessados deverão ter inscrição cadastral - CRC válida, do Município ou de qualquer outro órgão público;

**2.1.3.** Não poderão participar nesta licitação as empresas que:

a) Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

b) Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município da Estância Turística de Tremembé.

c) Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

d) Possuam como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

e) Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

f) Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

**2.1.4.** É vedada a subcontratação total do objeto contratado, sendo admitida, no entanto, a subcontratação parcial desde que aprovada, por escrito, pelo Município.

## **2.2. DO CREDENCIAMENTO**

**2.2.1.** Aos interessados em participar das reuniões de abertura dos envelopes, representando os proponentes, serão exigidos o nome completo, o número do documento de identificação do credenciado deste certame e do respectivo processo, com a declaração do representante legal da proponente, devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório, outorgando amplos poderes de decisão ao credenciado, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos. Os representantes e prepostos deverão apresentar, nesta oportunidade, o contrato social e suas alterações e, no caso de sociedade por ações, o estatuto social e a ata de reunião de posse da diretoria, para que seja comprovada a legitimidade da representação, em conformidade com o Anexo deste edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**2.2.2.** Estas autorizações deverão ser exibidas à Comissão Permanente de Licitações, pelos portadores antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidas e juntadas aos autos.

**2.2.3.** O documento citado neste item poderá, a critério do representante legal do proponente, ser substituído por procuração específica.

**2.2.4.** Caso o participante seja titular da empresa proponente, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

**2.2.5.** A não apresentação, ou incorreção, do documento de credenciamento, não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar ou responder pela proponente, nas respectivas sessões, cabendo tão somente, ao não credenciado, o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. (Lei Federal nº 8.666/93 - artigo 4º).

**2.2.6.** Uma mesma pessoa não poderá representar mais de um licitante.

### **2.3. DAS INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA**

**2.3.1.** Para fins de participação na presente licitação, os licitantes deverão protocolar, junto a Diretoria de Licitações desta Prefeitura, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, a documentação e a proposta correspondente à sua participação, em 02 (dois) envelopes, fechados, sendo que toda a documentação deverá ser relacionada, separada e numerada, preferencialmente, na ordem estabelecida neste edital.

**2.3.2.** Os envelopes deverão conter, externamente, os seguintes dizeres:

#### **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITANTE: (NOME DA LICITANTE)

CNPJ Nº:

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/05/2018

HORÁRIO: 08h15min

#### **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

À PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITANTE: (NOME DA LICITANTE)

CNPJ Nº:

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/05/2018

HORÁRIO: 08h15min

**2.3.3.** As empresas deverão apresentar suas propostas preferencialmente digitadas, datadas e assinadas, sem rasuras que possam causar dúvidas quanto ao valor proposto.

**2.3.4.** Não serão aceitos pela Comissão quaisquer substituições aos documentos exigidos sob título de "protocolo".



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**2.3.5.** Os documentos solicitados para habilitação quando não encaminhados em seus originais deverão ser validamente apresentados:

- a)** por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial;
- b)** por cópia autenticada nos termos do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;
- c)** A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por servidor da administração.

**2.3.6.** Todos os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa; no caso de documentos de origem estrangeira, deverá estar acompanhado de tradução juramentada.

**2.3.7.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**2.3.8.** No caso das certidões, quando **não consignar o prazo de validade**, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a **90 (noventa) dias** anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

**2.3.9.** Certidões emitidas via internet serão aceitas, sendo que suas autenticidades serão comprovadas pela Comissão.

**2.3.10.** Pela elaboração e apresentação da Documentação e Proposta, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

**2.3.11.** Para cumprimento do disposto no artigo 22, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, as empresas que não possuem o CRC – Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviço e desejarem oferecer proposta nos termos do presente edital deverão apresentar, até o terceiro dia anterior ao determinado para recebimento dos envelopes, toda a documentação exigida para o cadastramento validamente autenticada nos moldes do item 2.3.5. deste edital, em conformidade com o artigo 27 a 31 da referida Lei.

**3. DO ENVELOPE Nº 01 - RELATIVO À DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ CONTER:**

OBS: identificar na parte externa do ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, e demais dados na forma do item 2.3.2.

**3.1.** Para fins de participação e habilitação na presente TOMADA DE PREÇOS, deverão as empresas apresentar – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, em plena validade, desde que elaborado nos termos da lei federal nº 8.666/93, expedido pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé ou de qualquer outro órgão público, constando atividade compatível com o objeto do presente certame licitatório, em original ou cópia autenticada – o qual fará parte integrante do processo.

**3.2.** Além do CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, deverão, ainda, as empresas juntar, necessariamente, os seguintes documentos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**3.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

**3.3.1.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**3.3.2.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

**3.3.3.** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**3.3.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**3.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**3.4.1.** Comprovação de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**, no prazo de validade.

**3.4.2.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e **INSS**, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

**3.4.3.** Comprovação de regularidade perante a **Fazenda Estadual** – através de certidão expedida pela Secretaria de Estado dos negócios da Fazenda (Resolução Conjunta SF-PGE nº 02, de 09/05/2013).

**3.4.4.** Comprovação de inscrição e de regularidade perante a **Fazenda Municipal** – mediante apresentação de Certidão de Regularidade Mobiliária, notadamente o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN**, relativos ao domicílio ou sede do proponente. O proponente com filial no Município de Tremembé fica obrigado a fornecer a certidão relativa a esta filial, para atendimento do item.

**3.4.5.** Comprovação de regularidade do **FGTS**, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos e com validade em vigor.

**3.4.6.** Comprovação de regularidade quanto aos débitos trabalhistas perante a **Justiça do Trabalho** – através de certidão negativa de débitos trabalhistas - **CNDT** (certidão nos termos Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011).

**3.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**3.5.1.** Comprovação de aptidão para desempenho da atividade compatível com o objeto desta Licitação (no mínimo um atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão do licitante), comprobatório da capacidade técnica, com no mínimo 50% do total do objeto da presente licitação, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por execução ou coordenação de serviços de características semelhantes à parcela de maior relevância técnica e valor significativo, a saber: CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DE TI;



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**3.5.1.1.** Cada atestado deve conter: a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail); b) Local e data de emissão; c) Nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.

**3.5.2.** Caso referidos documentos não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais), sem prejuízo de eventual diligência nos termos do item 16.3 deste Edital.

**3.5.3.** Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional competente, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviço de características semelhantes em consultoria técnica de informática;

**3.5.3.1.** A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

### **3.6. DAS DECLARAÇÕES DE ATENDIMENTO**

**3.6.1.** A empresa deverá apresentar uma declaração expressa, conforme **ANEXO VI**, e sob as penas da lei de que:

**a)** não está impedida de contratar com a Administração Pública direta ou indireta;

**b)** não foi declarado inidôneo pelo Poder Público, de qualquer esfera;

**c)** não existe fato impeditivo à sua habilitação;

**d)** não possui entre seus proprietários, servidor ou dirigente ou Entidade contratante responsável pela licitação;

**e)** cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados;

**f)** cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**3.6.2.** Declaração de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme entendimento da Lei Complementar nº 123/2006;

### **3.7. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

**3.7.1.** Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

**3.7.1.1.** Para empresas em processo de recuperação judicial, será exigido o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, em atendimento à Súmula nº 50 do TCESP.

**3.7.2.** Comprovação da integralização do capital mínimo até a data de entrega dos envelopes, no importe relativo a 10% (dez por cento) do valor do orçamento estimativo, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 31 da lei federal nº 8.666/93.

## **4. DO ENVELOPE Nº 02 – RELATIVO À PROPOSTA DE PREÇOS, DEVERÁ CONTER:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**4.1.** A proposta deverá ser elaborada de acordo com as exigências pertinentes desta licitação, e apresentada em uma via, em papel com identificação da licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, borrões e entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da proponente, informando na parte externa ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA, e demais dados de identificação na forma do item 2.3.2.

**4.2. Neste envelope deverá constar, obrigatoriamente:**

**a)** nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone e endereço eletrônico institucional e pessoal;

**b)** Preços: unitários e total, expressos em moeda corrente nacional, com no máximo duas casa após a vírgula, cujos valores deverão estar apresentados livres de quaisquer incidências de impostos, taxas, encargos sociais, ou frete, que correrão por conta da proponente;

**c)** Condições de pagamento, em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal, já devidamente aprovada pela Secretaria responsável, sendo conforme andamento da execução;

**d)** Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura do ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA;

**e)** Prazo de execução, com previsão para até **06 (seis) meses**;

**OBS.:** As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento.

**4.3.** O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionada com a perfeita e integral execução dos serviços, objeto da presente licitação tais como, exemplificativamente: tributos, encargos sociais, mão-de-obra, etc.

**4.4.** As empresas licitantes deverão apresentar, ainda, nome, nacionalidade, estado civil, CPF, RG, endereço residencial completo e cargo que ocupa na empresa, da pessoa que deverá assinar o contrato. Quando não for diretor, além da documentação, deverá apresentar procuração no ato de assinatura do contrato, ficando facultado à Administração elaborar contrato em nome do representante legal da empresa constante do contrato social, caso não ocorra a apresentação da documentação.

**4.5.** Somente serão aceitas as propostas que abranjam a totalidade dos serviços e elaboradas em conformidade com este edital e seus anexos, com prazo de execução do objeto a contar da Autorização de Serviços.

**4.6.** Ao apresentar suas propostas, as proponentes concordam em assumir inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços propostos, inclusive no que se refere à responsabilidade técnica.

**5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MEI**

**5.1.** Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Lei Municipal nº 3.293, de 05/12/2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme este Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**5.1.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**5.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 5.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

**5.3.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

**5.4.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**5.4.1.** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**5.4.2.** não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 5.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 5.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**5.4.3.** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 5.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.4.4.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

**5.4.5.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias após a classificação, sob pena de preclusão.

## **6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

### **6.1. DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO.**

**6.1.1.** No dia, local e hora designados no preâmbulo deste edital, na presença dos licitantes ou seus representantes que comparecerem, e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão iniciará os trabalhos, examinando os envelopes "Documentação" e "Proposta", os quais serão rubricados pelos seus preponentes e representantes presentes, procedendo a seguir à abertura do envelope "Documentação".



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**6.1.2.** Os documentos contidos no Envelope N° 01, serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos proponentes ou seus representantes presentes.

**6.1.3.** Nessa fase será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

**6.1.4.** Não sendo possível promulgar o resultado da habilitação no mesmo dia em que se der a abertura dos envelopes, ele será divulgado por publicação conforme item 17 deste Edital.

**6.1.5.** Após a fase de habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a licitante por ele atingido, deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei.

**6.1.6.** Os Envelopes N° 02 – Proposta das licitantes inabilitadas, deverão ser retirados pelas mesmas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de aberturados Envelopes II – Proposta das licitantes habilitadas, sendo que os respectivos envelopes serão devolvidos contra-recibo. As propostas não retiradas neste período serão inutilizadas.

## **6.2. DA ABERTURA DO ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA.**

**6.2.1.** O Envelope N° 02 contendo a proposta, será aberto em ato público, após a abertura dos Envelopes I - Documentação, das proponentes habilitadas, obedecendo aos prazos legais ou a recusa, citada em Ata, dos participantes em interpor recursos.

**6.2.2.** Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.

**6.2.3.** As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitações, bem como pelas licitantes ou seus representantes legais.

**6.2.4.** Após a abertura das propostas não poderá o licitante desistir da mesma salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Prefeitura, conforme artigo 43, parágrafo 6º da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**6.2.5.** Nessa fase será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

**6.2.6.** Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, o resultado será divulgado por publicação conforme item 17 deste Edital.

## **7. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DE PREÇOS E JULGAMENTO**

### **7.1. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO**

**7.1.1.** Não serão aceitas as propostas:

- a)** cujos preços unitários forem zero;
- b)** que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c)** cujos preços sejam manifestamente inexequíveis.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**d)** que contenham preços excessivos, assim considerados os valores que excedam os valores máximos unitários e/ou total estabelecidos no Orçamento Estimativo constante do preâmbulo deste edital.

**e)** que não forem apresentadas com as planilhas e os arquivos relacionados no anexo I, devidamente preenchidas em sua totalidade.

**f)** alternativas, bem como aquelas que contenham vários preços para o mesmo item.

**g)** que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.

**7.1.2.** Para efeitos do disposto no **item 7.1.1. "c"**, consideram-se manifestamente inexeqüíveis os preços cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**a)** média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

**b)** valor orçado pela Administração.

**7.1.3.** Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos.

## **7.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**7.2.1.** O critério adotado para essa licitação é o de **menor preço global**, conforme artigo 45, § 1º, I da Lei Federal nº 8.666/93.

**7.2.2.** A Comissão Permanente de Licitações observará, ainda, o que dispõe o artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/93.

**7.2.3.** A Comissão considerará que a proposta apresentada foi elaborada com o conhecimento das condições e informações deste edital.

**7.2.4.** A análise e a apreciação das propostas será realizada pela Comissão Permanente de Licitações, ficando-lhes facultado o direito de consultar técnicos, se necessário.

**7.2.5.** O critério de desempate e a classificação entre duas ou mais propostas se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme artigo 45, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores, observando-se o parágrafo 2º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

**7.2.6.** O julgamento e aprovação das propostas serão realizados pela Comissão Permanente de Licitações que classificará as propostas para posterior Homologação pelo Sr. Prefeito Municipal.

**7.2.7.** A Comissão poderá retificar os erros materiais das propostas que forem apresentadas, prevalecendo o valor unitário ofertado.

**7.2.8.** Nos casos de erros aritméticos serão considerados pela Comissão, para fins de seleção e contratação, os valores retificados.

**7.2.9.** Não serão consideradas propostas que desobedecerem aos critérios estabelecidos no artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **7.3. DA HABILITAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**7.3.1.** Serão habilitadas as licitantes que tenham atendido às condições de participação e requisitos do edital.

**7.3.2.** A Comissão poderá solicitar esclarecimentos ou comprovação do teor dos documentos apresentados, bem como realizar visitas às instalações das licitantes e aos locais onde tenham sido executados serviços similares aos do objeto desta licitação.

**7.3.3.** Serão inabilitadas as licitantes que:

**a)** não atenderem ao disposto no item 3. deste Edital, ou vierem a apresentar os documentos exigidos com vícios ou defeitos que impossibilitem ou dificultem o seu entendimento, ou ainda, em desacordo com o disposto pelo item 2.3.8.

**b)** apresentarem documentação sem a prévia autenticação como determina o item 2.3.5.

**c)** apresentarem o Envelope I – Documentação com qualquer referência ao conteúdo do Envelope II – Proposta Comercial.

## **8. DA HOMOLOGAÇÃO, DO CONTRATO**

**8.1.** Transcorrido o prazo recursal, o processo será encaminhado à Autoridade Superior, que homologará o procedimento licitatório e adjudicará o OBJETO à LICITANTE VENCEDORA, cujo ato será publicado de forma resumida na Imprensa Oficial do Município.

**8.2.** A licitante considerada vencedora será notificada via fax, ou por correspondência privada, para num prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente sob a pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.

**8.4.** É facultado ao Município, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **9. DO REAJUSTE, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

**9.1.** Os preços serão fixos e irreeajustáveis, ressalvada a possibilidade de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sempre que juridicamente exigido ou cabível, com o objetivo de se proceder às adequações que se tenham por necessárias, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei de Licitações e Contratos.

## **10. DA RESCISÃO**

**10.1.** Independentemente de interpelação judicial e do pagamento de indenização, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**10.2.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 78, no modo previsto pelo artigo 79, com as conseqüências estabelecidas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

**10.3.** O objeto da presente licitação não poderá ser cedido, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do respectivo contrato ou termo equivalente.

## **11. DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**11.1.** O prazo de execução e vigência do contrato será aquele constante no preâmbulo deste edital, contando a partir do recebimento pela contratada da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, desde que plenamente justificado, e obedecendo-se aos ditames do artigo 57, §1º da lei federal nº 8.666/93.

**11.2.** A execução dos serviços deverá ser iniciada no primeiro dia útil seguinte ao recebimento da ordem de serviço expedida pela Secretaria de Solicitante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.

**11.3.** A Secretaria requisitante é o órgão credenciado pelo Município, para vistoriar a execução e o recebimento dos serviços correspondentes ao contrato, e a prestar toda assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

**11.4.** Não será permitida a execução dos serviços licitados, sem que o órgão competente do Município da Estância Turística de Tremembé emita, previamente, a respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

## **12. DOS DEVERES DA CONTRATADA**

**12.1.** São deveres da contratada:

**12.1.1.** Conduzir a execução dos serviços em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, encargos trabalhistas, tributários e securitários incidentes sobre a execução do contrato pertinente ao objeto da presente licitação;

**12.1.2.** Executar o objeto de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas neste EDITAL, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial;

**12.1.3.** Cumprir e fazer com que os empregados cumpram as exigências sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável a empresa e ao serviço executado, bem como que os empregados utilizem os equipamentos de proteção individual – EPI e uniforme, sendo a única responsável pelo fornecimento e utilização destes equipamentos.

**12.1.4.** A licitante vencedora é responsável pelos danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, bem como aqueles causados por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela Administração.

**12.1.5.** A total e integral responsabilidade, direta e indireta, pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração;



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**12.1.6.** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital;

**12.1.7.** Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo da CONTRATANTE;

**12.1.8.** Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique;

**12.1.9.** Adequar, por determinação da Secretaria de Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo;

**12.1.10.** Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato;

**12.1.11.** Não subcontratar o objeto deste edital, no seu todo, sob qualquer hipótese;

### **13. DOS PAGAMENTOS E DAS MEDIÇÕES**

**13.1.** O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias, após aprovada pela Secretaria Fiscalizadora, da respectiva nota fiscal referente a execução dos serviços, com indicação do número do empenho, devidamente conferida e aprovada pelo Setor Competente, e desde que as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estejam válidas na data do pagamento.

**13.2.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 13.1 deste item 13 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal, sem incorreções.

**13.3.** O cumprimento desta obrigação é essencial para o recebimento parcial ou total do contrato e pagamento dos serviços prestados e executados.

**13.4.** Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria de Assuntos Fazendários – Setor de Tesouraria, mediante crédito em conta indicada pela Contratada.

### **14. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.1.** A Administração se reserva ao direito de recusar o recebimento do serviço que não atenda às especificações pertinentes.

### **15. DAS SANÇÕES**

**15.1.** Pela recusa injustificada em assinar o contrato, ou em aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a adjudicada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

**15.2.** A penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

**15.3.** Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita pela Prefeitura, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**15.3.1.** Pelo atraso injustificado no cumprimento dos prazos para entrega do material, multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o limite máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor da obrigação.

**15.4.** Pela inexecução total ou parcial do ajuste multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor dos materiais não entregues.

**15.5.** Serão aplicadas, também, as sanções previstas no artigo 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **16. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**16.1.** O presente Edital poderá ser impugnado por irregularidade, por QUALQUER CIDADÃO, até 05 (cinco) dias úteis consecutivos antes da data fixada para o recebimento e abertura dos envelopes de habilitação.

**16.2.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o LICITANTE que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) e, tendo-o aceito sem objeção, venha apontar, depois da abertura destes envelopes, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**16.3.** Nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, revogação ou anulação desta licitação, caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**16.4.** Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias.

**16.5.** Somente serão conhecidas as Impugnações e Recursos devidamente fundamentados, que estiverem dentro do prazo estabelecido nos itens anteriores e desde que tenham sido protocolado junto ao Setor de Protocolo, desta Prefeitura Municipal no piso inferior do Paço Municipal à Rua Sete de Setembro, 701, em dias de expediente no horário compreendido entre 8:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, demonstrando o recolhimento junto a diretoria de licitações.

## **17. DA PUBLICIDADE**

**17.1.** O edital será publicado, de forma resumida, no Diário Oficial do Estado, Sessão dos Municípios, Jornal de Circulação do Estado e Imprensa Oficial do Município, no endereço eletrônico: <<http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>> e acessoriamente, no sítio internet da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br>>, link <licitações>.

**17.2.** Os demais atos, tais como: julgamento das fases licitatórias (habilitação/ Inabilitação e Julgamento das propostas, conforme aplicável), interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <<http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>>, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11.02.2016 e, acessoriamente, no sítio internet da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br>>, link <licitacoes>.

## **18. DO FORO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**18.1.** Será eleito o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer procedimento relacionado com o processamento deste certame licitatório, assim como ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** A aceitação da proposta vencedora pelo Município obriga o seu proponente à execução do objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

**19.2.** A simples apresentação das propostas pelas licitantes implica aceitação tácita de todos os termos deste Edital e seus anexos.

**19.3.** A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

**19.4.** A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração, quando solicitadas eventualmente neste sentido, serão automaticamente excluídas da presente licitação.

**19.5.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caiba a licitante o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

**19.6.** A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

**19.7.** As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitações.

**19.8.** Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme **item 17** e afixado no quadro de avisos desta Prefeitura.

## **20. DOS ANEXOS**

**20.1.** Fazem parte integrante e indissociável deste Regulamento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes ANEXOS de I a VIII e os arquivos eletrônicos (disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.tremembe.sp.gov.br/category/licitacao/tomada-de-precos/>):

**ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO;**

**ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAL;**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO;**

**ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;**

**ANEXO VI – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO;**

**ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.**

Estância Turística de Tremembé, 03 de Maio de 2018.

**Marcelo Vaqueli**  
**Prefeito Municipal**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**JUSTIFICATIVA:** A administração é a responsável pelo desenvolvimento e aplicação de soluções baseadas em Tecnologias da Informação em razão do alto grau de dependência dessas entidades ao uso e alinhamento do TI, principalmente na demanda por alta qualidade em seus serviços, bem como, pelo fornecimento das informações necessárias para a tomada de decisão e cumprimento da transparência pública. Assim, a empresa contratada terá as seguintes tarefas:

**1 – DO GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES OPERACIONAIS:**

- 1.1. avaliar a adequabilidade dos recursos de software;
- 1.2. verificar o perfil e o grau de capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução das atividades de Tecnologia de Informação;
- 1.3. avaliar os aspectos técnicos de gerenciamento e adequação dos contratos;
- 1.4. comprovar a consistência objetiva entre os dados registrados nos relatórios de desempenho e as execuções físicas efetivas;
- 1.5. analisar a confiabilidade dos dados e segurança dos sistemas mantidos pela Prefeitura;
- 1.6. analisar a qualidade e a consistência da documentação dos sistemas mantidos pela Prefeitura;

**2 – DA EFICÁCIA DOS SISTEMAS:**

- 2.1. identificar e analisar os bancos de dados existentes, na Prefeitura e/ou em bancos dados externos, sobrecarga de trabalho e/ou demandas;
- 2.2. obter os relatórios gerenciais, ou quaisquer outros registros internos existentes, que documentem as realizações operacionais da Prefeitura;
- 2.3. efetuar inspeção física das realizações documentadas, conferindo os relatórios técnicos, as planilhas de execução ou as provas similares;
- 2.4. identificar a capacidade de atendimento da demanda potencial de usuários de serviços da Prefeitura;
- 2.5. avaliar a eficácia – verificar se o sistema objetivamente realizou aquilo a que se propôs a executar;



2.6. avaliar a eficiência do sistema de processamento de dados operacionais quanto ao aspecto da relação custo/benefício (resultados corretos, no tempo programado e pelo custo esperado);

2.7. comprovar a economicidade do sistema, identificando sua contribuição para a efetiva racionalização no uso dos recursos, na gestão operacional (redução de custos operacionais, racionalização de gastos, descentralização de encargos, eliminação de superposições, redução ou eliminação de desperdícios);

2.8. comprovar a qualidade do sistema (confiabilidade, aderência às normas, garantia da segurança de bens e registros, consistência com os objetivos da entidade, eficiência profissional).

2.9. Checagem/ aprimoramento/ implantação de política de segurança da informação;

### **3 – AVALIAÇÃO DO AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:**

3.1. Efetuar Inventário dos ativos de T.I, servidores, computadores, softwares, bem como definição da política interna para aquisição de novos ativos da T.I, definição de marcas, modelos, e configurações padrões, seguindo os padrões adotados por organizações para reduzir custos, com diagnóstico da estrutura organizacional e ambiente de tecnologia, com foco na segregação de funções, capacitação profissional, controles de monitoramento de TI e de bens de informática.

3.2. Analisar os procedimentos de desenvolvimento e manutenção dos sistemas, com foco em:

- Metodologia de desenvolvimento e manutenção sistemas;
- Gestão de projetos desenvolvidos internamente ou externamente, com foco em:
- Documentação dos requisitos e das atividades de desenvolvimento/manutenção;
- Análise de custos de projeto;
- Atendimento aos prazos requeridos;
- Envolvimento adequado dos responsáveis pelo projeto;
- Execução de testes;
- Atualização das documentações (sistema, operação e usuários);
- Gerência de mudanças e dos controles de versões de programas e do processo de transferência para ambiente de produção.

3.3. Analisar os procedimentos do ambiente de operação do sistema, com foco em:

- Documentação dos procedimentos de operação;
- Plano de Contingência;
- Disponibilidade da informação;
- Procedimentos de backup e restauração;
- Monitoramento do desempenho dos sistemas;
- Manutenção dos equipamentos e software de informática;
- Administração das redes;
- Tratamento de falhas dos equipamentos e software;
- Planejamento da capacidade tecnológica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

3.4. Analisar os procedimentos de segurança de informática, com foco em:

- Políticas, normas e procedimentos de segurança física e lógica;
- Definição de papéis e responsabilidades;
- Controles de acesso internos e externos a sistemas, dados e software;
- Proteção a vírus/software pirata;
- Monitoramento da segurança.

3.5. Teste das principais funções dos sistemas integrados de gestão, com foco em:

- Mapeamento do fluxo de informações do sistema;
- Análise de risco;
- Identificação dos controles-chave relacionados à: controle de acesso, integridade do processamento, aderência às normas;
- Teste dos controles-chave;
- Interface com outros sistemas (internos e externos).

#### **4 – PRODUTOS/RESULTADOS A SEREM GERADOS**

Para todo processo acima a contratada terá que informar relatórios mensais visando demonstrar os principais trabalhos desenvolvidos no período:

4.1. Relatório Técnico de Atividades – Deve ser elaborado mensalmente e conter o resultado dos indicadores de serviço do mês de referência. Tal informação servirá de insumo para a avaliação dos serviços realizados e dos indicadores alcançados no período;

4.2. Relatório de análise e diagnóstico das causas (causa raiz) dos problemas identificados pela monitoração – Deve ser entregue mensalmente;

4.3. Relatório de proposição de melhorias nos ambientes monitorados através de análises e correções, preventivas e preditivas – Deve ser entregue mensalmente.

**5 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** 12 meses.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**ANEXO II**

**MODELO DE CREDENCIAL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

A empresa ....., sediada na  
Rua (Avenida) ..... bairro  
....., cidade de ....., Estado de .....,  
inscrita no CNPJ sob número ....., por seu diretor (sócio gerente,  
proprietário) Sr. ...., através da presente credencial, constitui,  
para os fins de representação perante aos procedimentos da Tomada de Preços nº XX/2018,  
Processo nº 2.098/2018, realizada pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
Tremembé, o(a) Sr. (a.) ....., portador da cédula de  
identidade RG nº ....., com amplos poderes de decisão, podendo,  
para tanto, interpor e renunciar a recursos, prestar esclarecimentos, receber notificações e  
intimações, em nome desta empresa defender seus direitos.

Localidade, em ..... de .....de 2018.

Assinar e reconhecer firma



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**ANEXO III**

**- MODELO DE PROPOSTA -**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**DENOMINAÇÃO DO PROPONENTE:**

**ENDEREÇO:**

**CEP:**

**FONE:**

**FAX:**

**E-MAIL:**

**CNPJ:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**Valor total da proposta:** R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ).

(Ocorrendo discrepância entre os valores, numérico e por extenso, prevalecerão os por extenso).

**Condições de pagamento:** em até 30 (trinta) dias, após a emissão do Documento Fiscal.

**Validade da proposta:** mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes "Proposta".

**Prazo de vigência:** 06 (seis) meses.

"Declaramos estar de pleno acordo com as normas do edital, bem como cientes quanto aos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações e que tomamos ciência de todos os documentos e informações referentes a este procedimento licitatório, em especial as especificações dos materiais ora licitados."

**Nome:**

**Cargo:**

**Assinatura:**

**Local e data:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**A N E X O IV**  
**DECLARAÇÕES**

**MODELO I**

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
**A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ, na modalidade Tomada de Preços nº 06/2018, dá plena e total aceitação dos termos do edital e seus anexos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local, ..... de ..... de 2018.

**Carimbo CNPJ**

**datar e assinar**

\* (Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**A N E X O IV**  
**DECLARAÇÕES**

**MODELO II**

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**

**A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ, na modalidade Tomada de Preços nº XX/2018, DECLARA que:

- a) não está impedida de contratar com a Administração Pública direta ou indireta;
- b) não foi declarado inidôneo pelo Poder Público, de qualquer esfera;
- c) não existe fato impeditivo à sua habilitação;
- d) não possui entre seus proprietários, servidor ou dirigente ou Entidade contratante responsável pela licitação;
- e) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados;
- f) cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Local, ..... de ..... de 2018.

**Carimbo CNPJ**

**datar e assinar**

\*

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 2.098/18

Folha.....

.....

**A N E X O IV**  
**DECLARAÇÕES**

**MODELO III**

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**

**A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ, na modalidade Tomada de Preços nº 06/2018, que se encontra devidamente registrada e enquadrada na Junta Comercial do Estado de \_\_\_\_\_, como sendo Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, DECLARA que não se inclui em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Local, ..... de ..... de 2018.

**Carimbo CNPJ**

**datar e assinar**

\* (Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**A N E X O V**  
**- MINUTA DE CONTRATO -**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ** E A EMPRESA ..... PARA **SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**CONTRATO Nº ..... /2018.**

**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: ... /... /2018.**

**PRAZO: 06 (seis) MESES.**

**VALOR: R\$ ..... .**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº2.098/2018.**

**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018.**

**DAS PARTES**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, com sede na Rua Sete de Setembro, 701, centro, inscrita no CNPJ sob nº 46.638.714/0001-20, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Marcelo Vaqueli**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº ..... e portador da Cédula de Identidade RG nº ....., adiante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa ..... com sede na....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... Inscrição Estadual nº ..... representada pelo ..... Sr ..... inscrito no CPF sob nº ..... e portador do RG nº ..... residente e domiciliado na Rua ..... na cidade de ....., adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com os dispositivos pertinentes da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, têm entre si, justos e contratados o que segue:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a ..... , conforme especificações contidas no memorial descritivo, discriminados neste edital e seus anexos, conforme descrito no edital e seus anexos, os quais ficam fazendo parte integrante deste contrato, sempre atendendo aos interesses e às determinações da CONTRATANTE com relação às condições e prazos.

**1.2.** Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado, seus anexos, bem como a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de \_\_\_/\_\_\_/2018.

**1.3.** A critério exclusivo da CONTRATANTE, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões, ou acréscimos, de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades acima



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

ajustadas, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento. Reduções maiores do que 25% (vinte e cinco por cento) somente serão aceitas se decorrentes de acordo celebrado entre as partes.

**CLÁUSULA 2ª - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Os serviços serão executados **sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço Global** nas condições nesta avença estabelecidas, fornecendo a **CONTRATADA** a mão-de-obra, materiais, uniformes, acessórios e tudo o mais que for necessário ao pleno desenvolvimento dos trabalhos, em volumes e quantidades compatíveis para a conclusão do objeto contratado, dentro do prazo neste instrumento fixado.

**2.2.** A **CONTRATADA** deverá executar os serviços obedecendo rigorosamente às especificações contidas no Memorial Descritivo.

**CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total de R\$ ....., mediante medições, as quais serão realizadas conforme andamento da execução do serviço;

**3.2.** Os preços propostos são fixos e em REAL, e não poderão sofrer qualquer tipo de reajuste ou majoração, salvo os casos previstos em Lei.

**3.3.** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva do objeto executado.

**3.4.** Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.

**3.5.** O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias, após aprovada pela Secretaria Fiscalizadora, da respectiva nota fiscal referente a execução dos serviços, com indicação do número do empenho, devidamente conferida e aprovada pelo Setor Competente, e desde que as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estejam válidas na data do pagamento.

**3.6.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 3.5 deste item 3 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal, sem incorreções.

**CLÁUSULA 4ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**4.1.** A execução dos serviços serão atendidos pela Dotação Orçamentária constante do exercício de 2018, reservadas na seguinte Unidade: \_\_\_\_\_ - Fonte \_\_\_ - Ficha \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA 5ª - DO SUPORTE LEGAL**

**5.1.** O presente Contrato é celebrado com base nos seguintes dispositivos legais: Constituição da República Federativa do Brasil; Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações; Lei Complementar nº 123/2006 com alterações subseqüentes, Lei Orgânica do Município de Tremembé e demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, os Princípios Gerais do Direito.

**CLÁUSULA 6ª - DA EXECUÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**6.1.** A **CONTRATADA** deverá executar os serviços objeto deste contrato, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, após a assinatura do contrato.

**6.2.** Os serviços deverão ser executados conforme definido no detalhamento constante no ANEXO I do edital, e com as condições nele especificados.

**CLÁUSULA 7ª - DOS REAJUSTES**

**7.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis, ressalvada ainda a possibilidade de acréscimos ou supressões que se fizerem necessária nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sempre que juridicamente exigido ou cabível, com o objetivo de se proceder às adequações que se tenham por necessárias, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei de Licitações e Contratos.

**CLÁUSULA 8ª - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**8.1. A CONTRATADA obriga-se a:**

**8.1.1.** Conduzir os serviços em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, encargos trabalhistas, tributários e securitários incidentes sobre a execução do contrato pertinente ao objeto da presente licitação;

**8.1.2.** Executar os serviços de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas neste EDITAL, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

**8.1.3.** Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo da CONTRATANTE;

**8.1.4.** Manter a CONTRATANTE informada de todos os detalhes dos serviços objeto deste Contrato;

**8.1.5.** Executar os serviços e cumprir suas obrigações com diligência, eficiência, racionalidade e economia;

**8.1.6.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.1.7.** Adequar, por determinação da Secretaria de Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com o especificado no termo de referência constante no Edital;

**8.1.8.** Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência constante no Edital;

**8.1.9.** Não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo ou em parte, sob qualquer hipótese;

**8.1.10.** Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, o encaminhamento da mesma para o almoxarifado da Secretaria Requisitante.

**8.1.11.** A responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou seu dolo, na execução do objeto licitado, bem como



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

aqueles causados por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento efetuado pela Administração;

**8.1.12.** Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislações pertinentes;

**8.1.13.** Ser a única responsável pelos atos praticados pelo seu pessoal e prepostos, excluído o CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações.

**8.2. Para viabilizar a execução dos serviços, a CONTRATANTE obriga-se a:**

**8.2.1.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos valores, forma e prazos mencionados na Cláusula 03;

**8.2.2.** Fornecer-lhe as informações disponíveis e necessárias à execução dos serviços objeto do presente contrato;

**8.2.3.** Disponibilizar acesso aos locais necessários para a prestação dos serviços;

**8.2.4.** Comunicar de imediato a CONTRATADA de eventuais irregularidades no desenvolvimento dos serviços prestados;

**8.2.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, analisando e verificando o cumprimento das obrigações contratuais;

**8.2.6.** Designar o servidor \_\_\_\_\_ responsável por acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato, para fins do disposto no artigo 67, e parágrafos, da Lei Federal 8.666/93, em sua redação atual, responsabilizando-se pelo recebimento dos serviços executados.

**CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO**

**9.1.** Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA 10ª - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**10.1.** Este contrato terá vigência de até **06 (seis) meses** a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado se for de interesse da Administração, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos.

**CLÁUSULA 11ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no artigo 87, incisos I, II, III e IV, da Lei 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

**11.2.** No caso do inciso II, do artigo 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

**11.2.1.** Pelo atraso injustificado na entrega dos serviços:

**11.2.1.1.** Atraso até 30 dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia de atraso;

**11.2.1.2.** A partir do 30º dia entende-se como inexecução total da obrigação;

**11.2.1.3.** Pela inexecução parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento)



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

sobre o valor total dos serviços;

**11.2.1.4.** Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre

o valor total dos serviços;

**11.3.** Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.

**11.4.** As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**11.5.** O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município da Estância Turística de Tremembé, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

**CLÁUSULA 12ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** A **CONTRATADA** se obriga à execução integral dos serviços objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta quer seja por erro ou omissão.

**12.2.** Não será permitida a execução dos serviços contratados sem que a Prefeitura Municipal emita, previamente, o respectivo PEDIDO DE COMPRA.

**12.3.** Correrão por conta exclusivas da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência deste contrato.

**12.4.** Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do presente contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

**12.5.** A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

**12.6.** A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade dada à fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

**12.7.** Fica eleito o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, para dirimir todas as questões suscitadas na execução deste contrato, não resolvidas administrativamente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lido e achado conforme, assinam este instrumento, em cinco vias.

Estância Turística de Tremembé, ..... de ..... de 2018 .

**Marcelo Vaqueli**  
**Prefeito Municipal**  
**(Contratante)**

**Nome do representante da empresa**  
**Nome da Empresa**  
**(Contratada)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
 (Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
 (Lei Municipal nº 3.452/2009)

**ANEXO VI**

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018**

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a **elaboração do Contrato e Autorização de Fornecimento (AF)**. Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento. Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

**RAZÃO SOCIAL DALICITANTE:** .....

**CNPJ:** ..... **INSC. ESTADUAL:** .....

**INSC. MUNICIPAL:** .....

**TELEFONE:** (....) ..... **FAX:** (....) .....

**ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):** .....

**E-MAIL INSTITUCIONAL:** .....

**SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:**

**1 – NOME COMPLETO:** .....

**RG:** .....-SSP/..... **CPF:** .....

**2 - NOME COMPLETO:** .....

**RG:** .....-SSP/..... **CPF:** .....

**QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:**

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

**NOME COMPLETO:** .....

**ESTADO CIVIL:** ..... **NACIONALIDADE:** .....

**CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:** .....

**RG:** .....-SSP/..... **CPF:** .....

**E-MAIL PESSOAL:** .....

**ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):** .....



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**  
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)  
**"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"**  
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 2.098/18

Folha.....

.....

**ANEXO VII**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO N.º: \_\_\_\_\_ /2018.**

**REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, NA ÁREA DE INFORMÁTICA, ENFOCANDO TANTO OS TRABALHOS EXECUTADOS QUANTO AQUELES EM DESENVOLVIMENTO, PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE TI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Estância Turística de Tremembé, ..... de ..... de 2018.

**CONTRATANTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**

**NOME E CARGO:** Marcelo Vaqueli – Prefeito Municipal

**E-MAIL INSTITUCIONAL:** gabinete@tremembe.sp.gov.br

**E-MAIL PESSOAL:** marcelo@vaqueli.com.br

**ASSINATURA:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**NOME E CARGO:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL INSTITUCIONAL:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL PESSOAL:** \_\_\_\_\_

**ASSINATURA:** \_\_\_\_\_